

O papel do Gerontólogo no *Aging in Place* – As partilhas do II ENEGG

O envelhecimento da população, enquanto fenómeno estruturante da sociedade contemporânea, com expressivos e acelerados contornos, colocou à sociedade, governos, comunidades e famílias, desafios para os quais não estavam preparados. Estes desafios, com inúmeras repercussões para os setores da saúde, economia e política (Ballesteros, 2013), requerem a premente necessidade de identificação e reflexão acerca de medidas e políticas que lhes possam fornecer respostas adequadas.

O conhecimento aprofundado dos fatores que promovem a qualidade de vida e bem-estar da população, à medida que envelhece, poderá ser essencial para a sustentabilidade económica e social da sociedade cuja composição etária se encontra em rápida mudança (Davey *et al.*, 2004). Neste contexto, salienta-se a necessidade do fortalecimento das redes sociais, a criação de oportunidades de convívio, partilha de experiências, estabelecimento de relações interpessoais e envolvimento na vida social e comunitária. É ainda crucial a inversão da tendência atual para a reprodução de formas e tipologias de intervenção, através do incentivo e da promoção da especialização do conhecimento e das competências referentes às problemáticas, reconfigurando a sustentabilidade e colmatando as reais necessidades das pessoas.

O desenvolvimento comunitário é, neste sentido, fundamental para a promoção da qualidade de vida das pessoas e das futuras gerações, tendo como objetivo a resolução de problemas e a promoção das potencialidades através de ações concertadas entre vários agentes e a própria comunidade local (Eito e Gómez, 2013). Será, também uma forma, para que as pessoas compreendam o seu meio social, económico, político, jurídico e cultural, tomando consciência dos problemas existentes, como é o caso do acentuado envelhecimento demográfico.

Na década de 1990, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) publicou o relatório *Caring for Frail Elderly People: New Directions in Care*, no qual, para além da análise às tendências do cuidado à pessoa idosa, reiterou que “as pessoas idosas, incluindo as que necessitam de cuidados e apoio devem, sempre que possível, ser capacitadas para continuarem a viver nas suas próprias casas e, quando isso não é possível, devem ser incitadas a viver num ambiente protegido e solidário, o mais próximo possível da sua comunidade, tanto no sentido social quanto no geográfico” (OCDE, 1994).

Começou, então, a surgir o conceito de ‘*Aging in Place*’, frequentemente utilizado no âmbito das políticas relacionadas com o envelhecimento, que pode ser definido como **a permanência, da pessoa idosa, na comunidade, com algum nível de independência** (Wiles, *et al.*, 2011; Davey, 2006). Mas, para além da continuidade da pessoa na comunidade, o ‘*Aging in Place*’ implica acesso a serviços e recursos que assegurem uma boa qualidade de vida, independentemente da doença ou deficiência relacionada com a idade. O ‘*Aging in Place*’ associa-se a uma abordagem de ‘envelhecimento positivo’, através da criação de oportunidades

(medidas, programas e serviços) que proporcionem o envolvimento das pessoas mais velhas na sua comunidade, contrariando os estereótipos em torno do envelhecimento e da aposentação (Davey, 2004). As oportunidades deverão ser estruturadas de acordo com as reais necessidades das pessoas idosas, primando pelas suas opiniões e preferências.

A implementação do conceito '*aging in place*' parece ser de difícil operacionalização porque exige das comunidades uma maior capacidade de resposta, tanto ao nível ambiental como político. Apesar das políticas e programas ainda se encontrarem vinculados à imagem negativa da velhice (aposentação, dependência, doença) as crescentes preocupações relacionadas com o envelhecimento e com a reestruturação demográfica têm proporcionado o enquadramento de novos paradigmas com visão pró-ativa, capaz de reconhecer as pessoas idosas como participantes capazes e ativos no processo político e na mudança positiva das sociedades. Mas, '*aging in place*' necessita primeiramente, e para o seu desenvolvimento, do enraizamento de uma cultura de envelhecimento, que apenas acontecerá quando os governos, comunidade e famílias tomarem consciência da realidade social, aceitando o envelhecimento como parte intrínseca da sociedade atual (INAPAM, 2010).

Reconhecendo a multiplicidade de perspetivas e trabalho desenvolvido pelos gerontólogos no âmbito do envelhecimento em contexto comunitário, a Associação Nacional de Gerontólogos (ANG) dedicou o II Encontro Nacional de Estudantes de Gerontologia e Gerontólogos (II ENEGG) ao tema "***Aging in Place – Gero(comunidade)***".

Seguindo o alinhamento do ano transato, o programa do II ENEGG baseou-se nas esferas de atuação do gerontólogo - (i) Investigação, aplicação e avaliação em Gerontologia; (ii) Saúde e bem-estar; (iii) Programas e serviços -, permitindo a partilha de experiências de gerontólogos que exercem a sua atividade profissional onde o foco primordial é o "*Aging in Place*".

Neste sentido, os testemunhos partilhados, assim como o debate gerado permitiu a congregação de diversas ideias, essencialmente no que se refere ao valor acrescentado pelo gerontólogo - o profissional responsável pela avaliação, intervenção e estudo científico do fenómeno do envelhecimento humano e da prevenção dos problemas pessoais e sociais a ele associados. Assim, contribui ativamente para a melhoria da qualidade de vida e promoção do bem-estar das pessoas à medida que envelhecem, nos contextos familiares, da comunidade e sociedade, através da investigação, educação e aplicação de conhecimento interdisciplinar do processo de envelhecimento e das populações envelhecidas (AGHE, 2014). Nos seus diversos contextos de atuação, assume-se como um profissional que contribui preponderantemente para o envelhecimento na comunidade, essencialmente através:

- Desenvolvimento de programas de prevenção da doença e promoção da saúde, baseados no paradigma do envelhecimento ativo;
- Intervenções específicas para os cuidadores, sobretudo através da capacitação, suporte intergeracional e parcerias entre o cuidado informal e formal;

- Identificação das necessidades populacionais ao nível do município (e.g.: isolamento das pessoas idosas, iliteracia na saúde, programas ocupacionais, entre outros) contribuindo, desta forma, para a criação e implementação do ‘Plano Gerontológico’;
- Otimização das oportunidades de participação das pessoas idosas na comunidade, numa perspetiva de continuidade ao longo do ciclo de vida.

Referências Bibliográficas:

Ballesteros, R. F., Robine, J. M., Walker, A. e Kalache, A. (2013). *Active aging: A global goal*. Hindawi Publishing Corporation: Current Gerontology and Geriatrics Research.

Davey, J., Joux, V. de, Nana, G. e Arcus, M. (2004). *Accommodation option for older people in Aotearoa/New Zealand*. Centre for Housing Research Aotearoa/New Zealand (CHRANZ).

Eito, A. e Gómez, J. (2013). El concepto de comunidad y trabajo social. *Revista Espacios Transnacionales*. N.º 1, pp 10-16. Disponível em <http://www.espaciostransnacionales.org/conceptos/conceptotrabajosocial/>

OECD (1994). *Caring for frail elderly people: New directions in care*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.

Wiles, J. L., Leibing, A., Guberman, N., Reeve, J. e Allen, R. E. S. (2011). The meaning of “ageing in place” to older people. *The Gerontologist*. doi:10.1093/geront/gnr098.

Davey, J. (2006). “Ageing in place”: The views of older homeowners on maintenance, renovation and adaptation. *Social Policy Journal of New Zealand*. Issue 27.

INAPAM. (2010). *Por una cultura del envejecimiento*. México: Instituto Nacional de las Personas Adultas Mayores.

AGHE. (2014). *Gerontology competencies for undergraduate & graduate education*. United States: Association of Gerontology in Higher Education